

# As razões<sup>29</sup> ABR 1981 do otimismo de Simonsen

*Economia - Brasil*



Octavio Gouvêa  
de Bulhões

por Pedro Cafardo  
de São Paulo

Bem-humorado, o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, manifestou durante todo o dia de ontem posições marcadamente otimistas sobre a economia brasileira. Disse que a credibilidade externa do País está "totalmente recuperada", que a política monetária austera já produziu resultados muito favoráveis no balanço de pagamentos e ensaiou sugestões de medidas que poderiam acelerar o processo de queda das taxas de inflação.

Mário Henrique Simonsen foi um dos conferencistas do "Encontro Brasil 81 — Perspectivas Econômicas", que reuniu cerca de 150 empresários e executivos no Hilton Hotel, em São Paulo. Aos que participaram do seminário, fechado, e também durante conversas nos intervalos, o ex-ministro declarou que, na área externa, a situação do País melhorou muito de 1980 para cá. "Há seis meses, por exemplo, todo mundo perguntava se o Brasil conseguiria financiar

o déficit em seu balanço de pagamentos e se teria de recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Hoje, esses problemas estão conjurados."

O otimismo de Simonsen não chega ao ponto de levá-lo a prever um declínio iminente nas taxas de inflação interna. Ao contrário, segundo relato de participantes do seminário, ele estaria pressupondo a manutenção de índices superiores a 100% ainda durante todo o ano. "Em matéria de inflação os resultados da política monetária austera são necessariamente lentos e, por isso, precisamos ter um pouco de paciência", ponderou.

Dois fatores, porém, pela análise de Simonsen, estariam contribuindo para um enrijecimento da inflação: a política salarial e a cobrança de altas taxas de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em empréstimos em cruzeiros. Sua proposta é de que haja liberdade de negociação salarial, exceto para o salário mínimo, sem qualquer in-

terferência do governo na fixação de índices mínimos de reajustes. "A atual política salarial é justa se se pretende manter a inflação constante a taxas superiores a 100%, mas incorreta no caso de uma inflação declinante", explicou Mário Henrique Simonsen.

A cobrança do IOF sobre empréstimos internos, no entender de Simonsen, não mais se justificaria atualmente. "Isso tinha sentido no ano passado, quando os juros estavam tabelados e havia necessidade de estimular o ingresso de recursos externos. Hoje, com as taxas liberadas, o IOF deveria ser novamente reduzido." Na opinião do ex-ministro, tal redução ajudaria a quebrar a rigidez das taxas de juros. Ele não aprova, por exemplo, a sugestão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) de que a correção monetária seja compulsoriamente pós-fixada, porque considera que isso poderia provocar uma fuga de recursos para as cadernetas de poupança, em prejuízo de outros segmentos do mercado. Mas concorda em que poderia haver algum tipo de incentivo para que contratos fossem assinados com correção pós-fixada.

Agrada igualmente ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen o atual desaquecimento da economia, "já razoavelmente visível", segundo suas próprias palavras. Os reflexos no nível de emprego não o preocupam ainda: "Não se combate inflação sem sacrifícios". De qualquer forma, ele alerta para que o governo deve observar atentamente os indicadores econômicos para reagir na hora exata caso o desaquecimento ultrapasse o limite desejável.